

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FELIPE AGOSTINHO DA SILVA

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:** uma reflexão entre o direito social e a benesse, na visão dos usuários do CRAS Frei Damião.

Juazeiro do Norte-CE

2018

FELIPE AGOSTINHO DA SILVA

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:** uma reflexão entre o direito social e a benesse, na visão dos usuários do CRAS Frei Damião.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da professora Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça.

Juazeiro do Norte-CE

2018

FELIPE AGOSTINHO DA SILVA

**CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL:** uma reflexão entre o direito social e a benesse, na visão dos usuários do CRAS Frei Damião.

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da professora Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça.

APROVADA EM: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profª Esp. Francisca Helaide Leite Mendonça

**Orientadora**

---

Profª Esp. Maridiana Figueiredo Dantas

**1º Examinadora**

---

Profª Msc. Marcia de Sousa Figueiredo Teotonio

**2º Examinadora**

Dedico esse trabalho a minha esposa Emanuely Agostinho e a minha filha Isis, que são as duas pessoas mais importantes da minha vida. Minha esposa está sempre do meu lado me ajudando e dando forças nos momentos difíceis, é a melhor mãe que minha filha poderia ter, o maior exemplo que eu poderia ter. Minha filha que sempre vem trazendo luz e a alegria ao nosso lar. Dedico também ao meu Pai que sempre foi um guerreiro, lutando contra as dificuldades da vida para nos dar uma vida melhor. A minha mãe que sempre cuidou dos filhos com muito amor e carinho, dando o melhor de si para sermos uma família feliz.

## AGRADECIMENTOS

É com muita alegria por ter conseguido chegar a ao final dessa caminhada, que venho fazer meus agradecimentos, foram 4 anos de luta, muitas noites sem dormir para conseguir concluir as cadeiras necessárias.

Quando comecei o curso tinha uma linha de pensamento, que na maioria das vezes eram conservadores, hoje saio com a mente mais aberta e com o pensamento totalmente diferente de quatro anos atrás, aprendi a ser uma pessoa melhor e deixar qualquer tipo de preconceito de lado, a ver as pessoas pelo seu caráter.

Agradeço primeiramente ao Pai Celestial, que sem ele não seria nada, por ter me dado forças nos momentos difíceis, fazendo com que eu me erguesse e não desanimasse. Agradeço a minha esposa que sempre esteve ao meu lado, falando que eu era capaz e me dando forças para continuar, por ter passado um pouco do seu conhecimento para mim, sei que se não fosse ela na minha vida não teria conseguido.

Agradeço a minha sogra pelo exemplo de pessoa que ela é, pois sei que a minha esposa é essa pessoa maravilhosa por causa do exemplo que a sua mãe sempre lhe deu. A minha equipe, Luiz, Shara, Raimundo, Socorro, Viviane e Samara que fizeram todos os trabalhos comigo, compartilhando o conhecimento de cada um para contribuir com trabalhos bem feitos, por serem exemplos de pessoas alegres e que não desistem da batalha. Agradeço ao meu pai por sempre está ao meu lado, falando que consigo o que eu quiser, que só preciso ter fé e coragem e a minha mãe que sempre foi um exemplo de mulher.

Obrigado a todos os professores pela grande contribuição desde o primeiro semestre, todos foram de grande importância para minha formação, pois sem eles não teria o conhecimento e a mente aberta que tenho hoje.

Gostaria também de fazer um agradecimento a minha orientadora Helaide Mendonça, por sua ajuda e paciência, por ter passado um pouco do seu conhecimento para que eu pudesse concluir essa monografia.

O conhecimento é uma ferramenta, e como todas as ferramentas, o seu impacto está nas mãos de quem o usa.

**(Dan Brown)**

## RESUMO

O Centro de Referência da Assistência Social é um órgão público, considerado como a porta de entrada da assistência social, responsável pela organização e oferta dos serviços socioassistenciais da proteção social básica, contemplada no sistema único da assistência social-SUAS, devendo estar localizado prioritariamente em lugares de vulnerabilidade e riscos sociais. O objetivo da pesquisa é identificar se o CRAS, é visto pelos usuários como um espaço que vem garantir direitos social ou benesse. Na intenção de alcançar o resultado desejado, inicialmente fora feito um resgate da historicidade da assistência social, até chegar a forma de proteção social básica, sendo essa garantida no sistema único da mesma. Fora discutido também sobre a política do CRAS, trazendo mais à frente a discussão do dilema do direito social e a benesse. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e explicativa, bem como a pesquisa de campo e bibliográfica, tendo a abordagem qualitativa, utilizando-se de técnica a entrevista semiestruturada. Sendo a entrevista realizada com os adolescentes do CRAS Frei Damião, que participam do grupo de sua faixa etária, sendo ela de 15 a 17 anos. Conclui se que os usuários veem o CRAS como um órgão de benesse, várias são as questões que fortalecem tal pensamento, um deles é a matriz conservadora que deu início ao serviço social, os discursos e práticas do estado, que busca manter tal visão caritativa, bem como a falta de aperfeiçoamento dos profissionais com a política que rege o equipamento, os direitos dos usuários, visando articular-se frente a políticas ineficientes e sucateadas, podendo também citar, muitas vezes a falta de compromisso com o projeto ético político, que visa a orientação dos mesmos quanto a seus direitos e busca pela emancipação dos mesmos. Sendo esses alguns dos fatores, se faz necessário registrar que o assunto ainda requer vários estudos e pesquisas para aproximar-se dos resultados com maior precisão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centro de Referência da Assistência Social. Direito Social. Benesse.

## ABSTRACT

The social assistance reference center is a public organ, is considered the initial way of the social assistance, responsible for the organization and promote opportunities for socio-assistance service of basic social protection, inserted in the unity system of social assistance-SUAS, should be establish in places of vulnerability and social risks. The purpose of this research is to identify if the CRAS, is perceived by the users as an organization that guarantee the social rights. In the objective to reach good results, at the first was made a deep study in the social assistance history until get in the manner of social basic protection, being inserted in the unity system of the same. Was discussed about CRAS's politics, bring back the discussions about the problems of the social rights and benefits. The used methodology was a descriptive and explicative research, and this article show a qualitative approach, in this way the method used was the technique of semi-structured interview questions with the CRAS Frei Damião teenagers, they are inserted in an age range group of 15 until 17 years old. Concluded that the users observe the CRAS as an organ of benefits, several questions make this point of view stronger, one of them is the place where begins the social assistance service, the state's actions and discussions try to maintain the creative point of view, but professionals lack of improvement with the politics that govern the equipment, and the users rights, and try to articulate as a priority, old and weak politics, however often cited the lack of commitment with the ethic politic project, which has the purpose to give orientations in their rights and emancipation of the same. Then being some of this assumptions, it is necessary to show that those subjects even required for more study and research to give more accuracy results.

**KEY WORDS:** Social assistance reference center; Social rights, Benefits.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CRAS</b>	Centro de Referência da Assistência Social
<b>CAPS</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>IAPS</b>	Instituto de Aposentadorias e Pensões
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica da Assistência Social
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PAIF</b>	Programa de Atenção Integral a Família
<b>SUAS</b>	Sistema Único da Assistência Social
<b>SCFV</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>CAPÍTULO I- POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA.</b> .....	11
1.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.	11
1.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA BRASILEIRA, NO CONTEXTO DO SUAS.	15
<b>CAPITULO II- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL: SEU PAPEL NA COMUNIDADE.</b> .....	19
2.1 A POLÍTICA DO CRAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA. ....	19
2.2 O DILEMA DO DIREITO E DA CARIDADE NO EXERCICIO DO CRAS. ....	23
<b>CAPITULO III- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITO SOCIAL OU BENESSE?</b> .....	28
3.1 LOCAL DA PESQUISA .....	28
3.2 TRAÇADO METODOLÓGICO .....	29
3.3 ANÁLISE DOS ÚSUARIOS: A SUPERAÇÃO DA VISÃO CLIENTELISTA COMO PAPEL FUNDAMENTAL NO PROCESSO RECONHECER-SE COMO SUJEITO DE DIREITO. ....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	40
<b>APÊNDICES</b> .....	43

## INTRODUÇÃO

O Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, é um órgão público, que vem trabalhar a proteção social básica do Sistema Único da mesma, sendo um equipamento considerado como a porta de entrada para os programas e benefícios da presente política.

Nesse sentido o CRAS, vem surgir a partir das conquistas da assistência social, precisamente no Sistema Único da Assistência Social-SUAS, que após sua criação vem trazer uma nova visão relacionada a forma protetiva, criando a proteção social básica e especial, tendo a básica o objetivo de prevenir a situações de vulnerabilidades e riscos sociais, visando o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, trabalhando o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Como órgão chave para trabalhar a proteção social básica, estão os CRAS, sendo esses equipamentos presentes prioritariamente em lugares que apresentem vulnerabilidades e riscos sociais, visando trabalhar tais fragilidades presentes na vida das famílias e da comunidade.

Diante da apresentação do papel do Centro de referência, faz-se necessário identificar se o CRAS é visto pelos usuários como um espaço que vem garantir direitos sociais ou bem-estar.

Pode-se considerar que a discussão de tal assunto é de grande importância para a sociedade civil, sendo ela marcada pelo patronato, corrupção de diversas formas, venda de direitos e distorções dos mesmos, sendo eles divulgados e vistos como caridade, e não esquecendo de citar a fragilização do sistema político.

Desta forma, faz-se necessário entender como o presente equipamento é visto pelos usuários, pois os mesmos precisam se reconhecer como sujeitos de direito, que os benefícios e serviços oferecidos no mesmo é um direito de cidadania, garantido por lei, não uma caridade, do contrário, o espaço perderá forças para alcançar seu papel, que é de protegê-los dos riscos sociais, superar as fragilidades existentes e trabalhar a autonomia dos mesmos.

Com o intuito de alcançar o resultado desejado da presente pesquisa, utilizou-se a forma descritiva e explicativa, bem como a pesquisa de campo e bibliográfica, tendo sua abordagem a qualitativa e técnica a entrevista semiestruturada, realizada com os adolescentes do grupo de sua faixa etária, no Centro de referência da assistência social, do bairro Frei Damião, na cidade de Juazeiro do Norte CE.

Fora entrevistado nove adolescentes que participam do grupo da mesma natureza no CRAS, no turno da tarde, sendo que o total deles assistidos pelo equipamento no presente turno são quinze.

A construção do presente trabalho fora realizada por capítulos e o primeiro veio trazer a discussão da historicidade da assistência social, no campo dos direitos, aonde se inicia com a discussão das formas de exploração no mercado de trabalho, bem como as reivindicações e lutas por melhores condições da mesma. E como uma das primeiras formas de política social tem-se a lei Eloy Chaves, vindo trazer as Caixas de Aposentadorias e Pensões-CAPS e os Institutos de Aposentadorias e Pensões-IAPS.

No ano de 1942, vem surgir a Legião Brasileira da Assistência Social, como uma das primeiras iniciativas do estado voltado a assistência, logo mais no ano de 1964, o retrocesso de direitos com o golpe militar, que foi substituído no ano de 1988 pela redemocratização com a promulgação da nova Constituição Federal, como resposta as lutas da classe trabalhadora, vindo buscar garantir também nela novos avanços no campo da política da assistência social.

Uma dessas conquistas vem ser a criação do sistema único da assistência social-SUAS, trazendo nela também a nova forma de trabalhar a sistema protetivo, criando a proteção social básica e especial, e a proteção social básica vem ser a discussão também do primeiro capítulo, pois ela traz como prerrogativa a criação do CRAS, como uma forma de trabalhar o acesso a tal proteção, que é de prevenir os indivíduos dos riscos e vulnerabilidades sociais.

O segundo capítulo vem trazer a discussão do que vem ser o CRAS, seu papel e objetivo, seus programas e serviços, que tem como ponto principal o Programa de Atenção Integral a Família-PAIF, que vem ser o trabalho social com as famílias, de caráter continuado, tendo como objetivo fortalecer a função protetiva das famílias, evitando rompimento de seus vínculos e visando a garantias de seus direitos;

Outra ação também citada é o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo-SCFV, um serviço também da proteção social básica, que vem complementar o trabalho do PAIF.

Logo após o determinado assunto apresentado, abre-se a discussão do dilema do direito social ou bem-estar referente a visão dos usuários relacionado ao CRAS, vindo trazer alguns dos motivos de tais pensamentos, como questões histórica do início do serviço social, o eximir-se do estado quanto a seus deveres, fortalecendo o discurso da caridade, bem como a

questão de formação continuada dos profissionais e outras temáticas que serão apresentadas o decorrer das discussões.

O terceiro capítulo é formado pela metodologia, deu a descrição do local da pesquisa, o traçado metodológico e a análise dos dados que se tornou um dos pontos principais para se alcançar o resultado desejado.

Chegando à conclusão de que o Centro de Referência da Assistência Social é visto pela maioria dos usuários como um órgão que desenvolve a benesse, os mesmos não conseguem identificar as ações desenvolvidas pelo mesmo como uma oferta de direitos e sim uma forma de caridade.

A esse pensamento atribui-se a formação inicial do serviço social, tendo seu bojo ligado a ações caridosas, ainda presente na sociedade, partindo da visão dos usuários e também dos profissionais, podemos atribuir também as ações do estado, que busca fortalecer o discurso da ajuda, em vez de direitos, na intenção de eximir-se de suas responsabilidades e fazer a população refém de suas ações, pois se os cidadãos se reconhecerem como sujeitos de direitos irão cobrar da máquina pública com maior intensidade o que é seu por direito.

Outra atribuição se dá a falta de capacitação continuada dos profissionais, tendo muitos deles um conhecimento raso da política que rege seus espaços de trabalho, vindo a fortalecer de certa forma os discursos e ações caritativas. Falta de comprometimento com o projeto ético político, bem como os impasses do acesso aos meios necessários para se trabalhar a superação de tal visão.

Conclui-se que a presente pesquisa é de grande importância para a sociedade, mediante a grande crise política e econômica atual do país, onde se presencia o retrocesso dos direitos, os cortes com o social ameaçam as políticas públicas, aonde o povo pouco conhece de seus direitos, perdendo muitos deles.

Desta forma, mesmo com os entraves que se apresentam não se pode eximir-se do compromisso de trabalhar o pensamento dos usuários referente a seus direitos, dando-os o conhecimento necessário para que se reconheçam como cidadãos e busquem sua emancipação por direito.

Por fim, recomenda-se que tal assunto possa ser estudado e pesquisado, pois o mesmo requer uma maior discussão para que se possa chegar ao resultado desejado com maior precisão.

## **CAPÍTULO I- POLÍTICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA.**

### **1.1 A ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL.**

A Política da Assistência Social, uma política de direito pertencente ao campo da seguridade social, perpassou por influências da contextualização política, social e econômica. É importante enfatizar que a criação e efetivação de cada política social são resultantes de inúmeras lutas da classe trabalhadora, bem como estratégias de enfrentamento das desigualdades sociais.

O processo de industrialização foi um período crítico da exploração capitalista sob o trabalhador, os elementos da questão social eram gritantes, a classe trabalhadora era desprovida de direitos, vivia em condições sub-humanas, onde mulheres e crianças sentiam-se obrigadas a participar da exploração junto a outros explorados.

Um período marcado por salários insuficientes para a subsistência, tendo como uma das causas o exército industrial de reserva, culminando no crescimento da pobreza, locais de trabalho sem higiene e segurança, causando cada vez mais o fortalecimento da questão social. Desta forma, o inconformismo das classes subalternas traz ameaças à classe burguesa, pois os operários começaram a se organizar, reivindicando os seus direitos e conseqüentemente alcançando muitos deles.

Em 1923 se dá como marco inicial a legislação previdenciária social no Brasil, a lei Eloy Chaves, pode-se dizer que foi o início da política social, destinada a alguns trabalhadores, como por exemplo, os ferroviários e marítimos, por meio da qual foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões- CAPS, a nível nacional. E em seguida a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões –IAPS.

Embora essas concessões estivessem relacionadas diretamente com alguns direitos trabalhistas, ainda assim, observamos o caráter contraditório das políticas sociais no âmbito do sistema capitalista. Esse modelo de proteção social contributivo excluía toda a população que não possuía vínculo empregatício, restando apenas os serviços assistenciais. A assistência social não era uma das preocupações do governo e as ações assistenciais eram desenvolvidas, sobretudo pela Igreja, de forma descontínua e com caráter de benemerência. (SOUSA; GONÇALVES, 2014, pag. 03)

Percebe-se que existe uma certa contradição nas políticas sociais, pois ao mesmo tempo que dava garantias a uma parte da classe trabalhadora, também excluía a mesma, causando conflitos. Só tinha acesso a previdência social os trabalhadores que tinham suas profissões regulamentadas em lei e que possuíam sindicatos, desta forma, muitos ficavam

excluídos do sistema previdenciário e serviços assistenciais e nessas condições a maioria dos trabalhadores ainda dependiam dos serviços assistencialistas, de cunho caritativo, desenvolvido pela igreja católica, bem como os favores políticos.

Conforme discutido, o campo do Serviço Social não era uma preocupação do estado, essa questão era deixada nas mãos da igreja. Diante desse cenário, se faz necessário registrar um acontecimento que se pode considerar como um primeiro contato da assistência social com as ações do estado, ainda que minimamente. No 1942, foi criada a Legião Brasileira de Assistência- LBA, uma das primeiras iniciativas do estado voltado a assistência social, o objetivo inicial da mesma era prestar auxílio às famílias dos soldados enviados a segunda guerra mundial.

A primeira-dama Darcy Vargas agregou mulheres das classes mais privilegiadas do país para compor uma legião de combatentes femininas que, mesmo não indo para o cenário da guerra na Europa, deveriam atuar no Brasil como verdadeiros soldados naquilo que eram capazes de fazer: cuidar dos mais necessitados, principalmente das famílias dos pracinhas. Logo que a guerra acabou o Boletim Informativo da LBA explicou que em tempos de paz os serviços de assistência social seriam prestados em colaboração com o poder público e outras instituições privadas abrangendo uma ampla gama de serviços. (MARTINS, 2011, pag. 16 )

Com o fim da guerra ela continuou a existir para ajudar famílias carentes, logo mais estendeu seu trabalho a população pobre, representando assim o braço assistencialista do governo, uma política caracterizada a benemerência que perdurou por muitos anos na política assistencial brasileira.

Fazendo o resgate histórico é indispensável citar certo período que ficará marcado na história da sociedade civil brasileira que fora o golpe militar de 1964, perdurando até a década de 1980, marcado pela repressão, censuras e autoritarismo, e se tratando da assistência social, suas ações continuaram sendo de caráter assistencialista, clientelista e controladoras, porém fora um período em que se estava construindo alicerces para a redemocratização do país, através da população organizada que lutavam por seus direitos, e é nesse contexto que a assistência social caminha para um novo olhar.

O período da ditadura militar marcou profundamente o Serviço Social brasileiro. Ao mesmo tempo em que a vertente profissional crítica, que emergiu entre os anos 1961 e 1964, foi sufocada pela repressão, a profissão foi reforçada pela expansão do mercado de trabalho e pelo debate gerado na categoria sobre questões relacionadas à teoria e ao método do Serviço Social. (ASSUMPTÃO; CARRAPEIRO, 2014, pág. 106)

Fora um período bastante repressivo, profissionais de serviço social e estudantes eram perseguidos por motivo de lutar contra a ditadura, alguns lutavam, outros silenciavam, parte da categoria profissional alienada diante da situação agravante do país. Ao mesmo tempo em

que os campos de atuação do profissional se expandia, a conjuntura trazia um maior agravamento da questão social, onde a emergência pela renovação da classe apresentava-se como urgência.

No resgate de toda essa conjuntura de lutas, organização e resistência, é cabível de registro que em 1988, foi vivenciado um grande marco na história brasileira, a promulgação da nova Constituição Federal, caracterizando um período de redemocratização, garantida na Carta Maior, que também foi denominada de Constituição Cidadã.

Criando um novo modelo de gestão pública, estimulando a participação popular, trazendo o exercício de cidadania, elegendo a democracia como um dos pilares desse novo modelo de Estado, promovendo a participação popular nos atos decisivos no exercício de poder, instituindo a democracia participativa que abriu a oportunidade de criação de mecanismos de controle social.

A nova constituição trazia o discurso de novos avanços na área de direitos civis, políticos e sociais, trazendo para área da assistência social o caráter de política pública, compondo o tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social, buscado romper com o clientelismo e com a ascensão patrimonialista do Estado.

Essas conquistas no campo da política social são consequências de processos de luta da sociedade civil em busca do fortalecimento dos direitos sociais. A Seguridade Social veio criar um sistema de proteção social amplo, com perspectivas de caráter universal e com a ampliação da cidadania social. No que se refere à Assistência Social, pode-se dizer que é a política que mais enfrenta dificuldades para se materializar como política pública tendo que superar características históricas como lentidão na sua regulamentação como direito, residualidade na abrangência, manutenção e reforço do caráter filantrópico e permanência de apelos e ações clientelistas. (SILVA, 2012, pág. 28)

Diante disso, faz-se necessário lembrar que em meio a conquista de direitos, ao mesmo tempo se tem a negação delas, pois na década de 90 vivencia-se o neoliberalismo, uma doutrina que cortava gastos com o social, e outros ajustes que trazia a negação de direitos da nova constituição, muitas leis ficando apenas no papel, a constituição foi insuficiente naquela época para atender as promessas feita a população.

No entanto, no ano de 1993 temos a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS, estabelecendo as normas e critérios para a organização da assistência social, regulamentando-a como política social pública. Em seu primeiro artigo, a mesma vem trazer uma definição para a assistência social.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através

de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993)

A LOAS vem trazer uma nova relevância para a assistência social enquanto política pública, com um sistema de gestão descentralizada. A sistematização da assistência social antevê intervenções que podem ser definidas como serviços, programas, projetos e benefícios.

Dentre os benefícios ofertados pela mesma, existe o BPC (Benefício de Prestação continuada) que o cidadão tem o direito a um salário mínimo mensal. Esse direito é garantido a pessoas com deficiência, idosos com 65 anos ou mais que comprovem não possuir renda capaz de prover as necessidades básicas de sua família. Tudo isso se consolidou através da Lei orgânica da assistência.

Com a vigência da LOAS, ganhando legitimidade e reconhecimento como política pública, estabelece uma nova matriz para o campo da Assistência Social, reconhecendo os direitos da criança, do Adolescente, jovens, idosos, pessoas com deficiência, construindo uma política de direito aos que dela necessitarem e de responsabilidade do estado, porém, ainda assim, o campo da assistência social era tida como práticas assistencialistas, pois as ações do estado apresentava contradições em seu fazer ligado a necessidades da população.

Desta forma, em 2004 criou-se a Política Nacional da Assistência Social- PNAS materializando o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados, visando os direitos de cidadania e inclusão social, que busca incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira, dentro de suas responsabilidades políticas, efetivando a Assistência Social como direito do cidadão e responsabilidade do Estado. “A PNAS/2004 aborda a questão da proteção social em uma perspectiva de articulação com outras políticas do campo social que são dirigidas a uma estrutura de garantias de direitos e de condições dignas de vida” (Brasil, 2005, pag. 89.)

Consequentemente, no intuito de consolidar a assistência social no Brasil, sob tudo o que ela vem garantir, se estabelece o Sistema Único da Assistência Social-SUAS, visando materializar o plano da LOAS, sendo ele pensado também a partir do plano nacional da assistência PNAS.

O mesmo, apresentado em 2005, se configurou a partir da nova organização e gestão da política nacional de assistência social, buscando romper com a falta de unidade na organização e gestão da política em nível nacional. A organização do SUAS tem a família como unidade de intervenção, ampliando o conceito de família e trazendo a centralidade na

mesma, cabendo ao estado o dever de prover condições mínimas de vida para aqueles que não consigam fazê-lo através do trabalho, usando de estratégias para o enfrentamento do pobre.

No campo da seguridade a assistência social é proteção, portanto deve operar preventiva e protetivamente nas situações de risco social. Deve prover proteção básica e especial, isto é, a assistência social estuda o processo de proteção social de previdência e da saúde. Não se limita ao domicílio pois chega até aos que estão nas ruas: Não se limita ao legal ou ao formal: não restringe, por exemplo, a atenção ao transgressor. Ela é extensiva. (SPOSATI, 2004, pag. 41).

O Suas vem materializar o conteúdo da LOAS cumprindo assim as diretrizes exigidas para a realização dos resultados que se esperava para serem garantido os direitos de cidadania e também de inclusão social.

No sistema único de assistência social os projetos, programas e benefícios da assistência social é dividido em dois níveis, que são: proteção social básica e proteção social especial. Esses dois níveis de proteção têm como foco, a atenção às famílias.

A assistência social, conforme discutido, por um longo período tinha suas práticas ligadas ao assistencialismo, bem como passou por diversos avanços e retrocessos, mas de fato, pode-se considerar que um dos maiores acontecimentos ocorrido na assistência social fora a construção do SUAS, pois a mesma trouxe a forma descentralizada e participativa em sua nova forma admirativa, tendo a participação da população nos conselhos como um grande marco, pois a sociedade civil obteve abertura para deliberar e poder tornar-se participes das ações do estado.

## 1.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA BRASILEIRA, NO CONTEXTO DO SUAS.

A sociedade civil brasileira possui em seu contexto histórico marcas de escravização, exploração, desigualdade, culpabilização e dentre outras classificações, por longos anos a classe trabalhadora vem vivenciando essas situações em seu cotidiano, desta forma cabe enfatizar que essas ações deixaram um pouco de si no sistema protetivo brasileiro.

Ao longo do período, busca-se romper com as práticas autoritárias e clientelistas, que permearam por muitos anos no contexto social brasileiro. Conforme discutido anteriormente, a classe desvalida era assistida por entidades filantrópicas e instituições religiosas, não havendo a intervenção do estado, desta forma a classe trabalhadora se viam desprotegidas e a mercê de favores.

É indispensável lembrar que, com o fortalecimento da industrialização, bem como da urbanização, tem-se como consequência do fortalecimento da questão social o aparecimento do movimento operário, que a partir de tal organização se conquistou a legislação trabalhista e

a previdência social, caracterizada como um tipo de “proteção social”, também conhecida como “cidadania regulada”, um sistema fortemente controlado pelo estado.

Cidadania regulada remete à ideia de que o Estado foi capaz, via estruturação de um mecanismo de incorporação dos trabalhadores a uma ordem hierarquizada, e exercendo o papel de centralizador de todas as demandas, de dar estabilidade ao regime político e um lugar para a população na estrutura de governo. Através dos direitos sancionados em leis durante o regime, os indivíduos definiriam o seu status de membros nesta forma de ordenamento social. (OLIVEIRA, 2009)

Desta forma, dar-se a regulação do trabalho assalariado, sendo que aqueles que não tem sua profissão reconhecida por lei, não desfrutavam da proteção social trabalhista, desta forma, os informais tem como opção a busca pelas ações caritativas.

Conforme pontuado na discussão anterior, no decorrer dos anos, foram criadas novas formas de políticas, leis, programas, dentre outras ações, para a sociedade civil, voltadas para a área assistencial, porém todas elas carregavam em si parcela do cunho filantrópico, benemerente, mas foi com a constituição federal de 1988, que se obteve um novo olhar, uma nova forma de fazer a Assistência Social.

A “cidadania regulada” foi substituída por novas bases da proteção social, trazendo a característica de direitos sociais universais, fora criada a seguridade social, e compondo parte dela temos a Assistência Social, sendo a mesma reconhecida e regulamentada em lei e de caráter universal, entrando para o campo dos direitos sociais, tendo o estado como responsável pela provisão da mesma, trazendo o discurso de direito do cidadão e dever do estado. A respeito da proteção social, pode-se dizer que:

A proteção social não está circunscrita apenas ao âmbito do Estado e apresenta-se originariamente nas relações da família e comunidade. Não obstante, o Estado tem entre suas responsabilidades fundamentais a de oferecer políticas sociais que garantam a proteção social como direito e deve fazê-lo em conjunto com a sociedade promovendo ações que focalizam as pessoas, as famílias e os grupos sociais que se encontram em situação de vulnerabilidade social. (GONÇALVES; GUARÁ, 2019, pág. 03)

Essa proteção acontece de forma articulada, família, comunidade e estado, trabalhando em conjunto para buscar garantir a mesma, porém, o estado tem o papel fundamental na elaboração de políticas públicas que venha atender a realidade da sociedade.

Com as novas conquistas da Assistência Social, tendo o SUAS como uma delas, tem-se como nova forma protetiva a proteção social básica e especial de média e alta complexidade. A proteção social é uma forma de direcionar a população que se encontram em risco de vulnerabilidade social, ou situação de risco em uma rede de proteção social local que

visa trabalhar a inclusão. Na norma operacional básica do SUAS, resolução nº 130, de 15 de julho de 2005, a respeito da proteção social básica e especial vem dizer:

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social.

A proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL,2005)

Percebe-se que existe uma diferença em ambas formas de proteção, conforme citado acima, a proteção social básica tem por objetivo prevenir as situações de vulnerabilidade, bem como trabalha as potencialidades e aquisições da comunidade, bem como trabalha o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário. Já a proteção especial, vem trabalhar no campo em que os direitos já foram violados, provendo a atenção socioassistencial aos indivíduos que se encontram em riscos.

Várias situações colocam a família e a comunidade em situação de vulnerabilidade social, seja por motivo da pobreza, ausência de renda, a falta de acesso aos serviços públicos ou a precariedade de acesso aos mesmos, discriminação de diversos tipos, de gênero, etnia, dentre outros. Pode-se dizer que:

A vulnerabilidade social, assim compreendida, pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (MONTEIRO, 2011, pag. 35)

Conforme pontuado, a vulnerabilidade social é um conjunto de questões que de alguma forma priva os indivíduos de seus direitos em uma totalidade, tornando inalcançáveis ou acesso fragilizado, dessa forma dar-se a importância de fortalecimentos das famílias e comunidade, para que tenham acesso aos bens e serviços, portanto, a proteção social básica, enquanto uma política inovadora, vem trabalhar nesse campo de vulnerabilidade, buscado a superação das determinadas situações detectadas.

Na proteção social básica, tem-se por objeto fortalecer essa função de proteção, para que a família ou aquele território supere a realidade ao qual se encontra, em sua função preventiva, busca-se evitar situações determinadas situações, como por exemplo o abandono, negligência, rompimento de laços familiares, dentre outras.

Nesse território vulnerável foi pensado trabalhar tais problemáticas no equipamento do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, que é considerado a porta de entrada da Assistência Social, e o mesmo oferece alguns serviços que são indispensáveis no desenvolvimento do seu trabalho, que é o Programa de Atenção Integral a Família-PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculo.

A proteção social básica, tendo como papel desenvolver ações que visa o fortalecimento de vínculos familiares, potencialidades, bem como a autonomia, possui e seu caráter preventivo também os conceitos protetivo e proativo.

O caráter preventivo requer, dessa forma, intervenções orientadas a evitar a ocorrência ou o agravamento de situações de vulnerabilidade e risco social, que impedem o acesso da população aos seus direitos. A atuação protetiva significa centrar esforços em intervenções que visam amparar, apoiar, auxiliar, resguardar, defender o acesso das famílias e seus membros aos seus direitos. Assim, a PSB deve incorporar em todas as intervenções o caráter protetivo, envidando esforços para a defesa, garantia e promoção dos direitos das famílias. Já a atuação proativa está ligada ao reconhecimento, à tomada de responsabilidade e à intervenção frente a situações-problema que obstaculizam o acesso da população aos seus direitos, mas que ainda não foram apresentadas como tal. (BRASIL, 2012)

Desta forma, o caráter apresentado vem trazer uma inovação no campo da proteção social, pois traz a superação de atendimento apenas a questões críticas, aonde não obteve anteriormente a prevenção, desta forma, essa nova ação busca prevenir os riscos de vulnerabilidade social.

Vários são os públicos vulneráveis, como também são muitas as situações, dentre esse público estão as crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e etc, várias são as demandas que devem ser identificadas, se tornando um desafio a articulação de ações que venha superar as fragilidades, bem como trazer a garantia de acesso aos direitos, com equidade.

## **CAPITULO II- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL: SEU PAPEL NA COMUNIDADE.**

### **2.1 A POLÍTICA DO CRAS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.**

O Centro de Referência da Assistência Social- CRAS é um órgão público, que faz parte do plano de descentralização da Assistência Social, conforme discutido anteriormente, o mesmo é parte da organização e oferta de serviços da proteção social básica do SUAS. “[...] realiza-se sob a orientação do Gestor Municipal de Assistência Social com o mapeamento e a organização da rede socioassistencial e promove a inserção das famílias nos serviços prestados na proteção social básica” (JORGE, 2007, pag. 36).

O presente equipamento se instala nas áreas aonde há situações de vulnerabilidade e risco social, referenciado como um órgão de porta de entrada da Assistência Social, possibilitando o acesso aos benefícios, programas e serviços.

O mesmo também é responsável pela gestão territorial da rede de assistência social básica, propiciando a organização e articulação das unidades referenciadas a ele. O principal serviço ofertado pelo CRAS é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, um trabalho continuado, tendo sua execução obrigatória e exclusiva do Centro de Referência da Assistência Social.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (BRASIL, 2009, pag. 12)

A sua criação se deu a partir do momento em que as vulnerabilidades e riscos sociais se fortaleceram, intensificando-se ao ponto de tornar-se exorbitante a proporção econômica direcionada a mesma, fazendo-se urgente as intervenções que trabalhassem a função protetiva da família, bem como o direito a convivência familiar. Conforme o MDS:

O PAIF teve como antecedentes o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF - 2001), e o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF- 2003). Em 2004, o MDS, aprimorou essa proposta com a criação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). (BRASIL, 2015)

No ano de 2014, o PAIF passou a fazer parte da rede de serviço de ação continuada da assistência social, tendo o governo federal como financiador, essas mudanças ocorreram a partir do decreto 5.085 da Presidência da República. Logo mais em 2009, através da

aprovação da Tipificação Nacional dos serviços socioassistenciais, houve uma mudança, o programa de atenção integral a família passara a se tornar Serviço de Proteção e Atenção Integral a Família, trazendo assim o caráter continuado, permanecendo também com a mesma sigla.

Não existe o CRAS sem o PAIF, pois ele é o principal programa do equipamento, buscando fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e promover o acesso aos direitos, desta forma o PAIF desenvolve atividades, podendo ser individuais ou coletivas, as individuais pode-se citar encaminhamento, atendimento, as ações coletivas pode acontecer juntamente com outras famílias que se encontram no mesmo tipo de vulnerabilidade ou diferentes, envolvendo também a comunidade.

O mesmo tem sua atuação firmado na matricialidade sociofamiliar, tendo ela a função de colocar a família no centro das ações, direcionando-as ao atendimento sociofamiliar, reconhecendo a responsabilidade do estado na proteção social as famílias. “O princípio da matricialidade sociofamiliar constitui um avanço na assistência social, que anteriormente à aprovação da PNAS e da instauração do SUAS se detinha, mais diretamente, ao atendimento dos indivíduos, de forma isolada da família.” (MARQUES, 2014, pag. 4).

Com as mudanças ocorridas na assistência, tem-se presente o trabalho desenvolvido com as famílias, não mais de forma isolada, mas uma atuação em que insere as mesmas em uma rede de proteção social, buscando garantir a elas o acesso as ações e serviços da assistência social.

Sendo assim, o PAIF está intimamente ligado com a matricialidade, está preconizada na Política Nacional da Assistência Social- PNAS, realizando o trabalho social com as famílias, baseando-se no conhecimento e compreensão das realidades vivenciadas pelas mesmas.

As ações do programa consistem em acolhida, que é o primeiro contato dos indivíduos com o equipamento, oportunizando assim estabelecer um vínculo entre o serviço e a família, uma outra ação também são as oficinas realizadas com as mesmas, encontros previamente organizados, com um conjunto de famílias, possuindo objetivos de alcance de aquisições.

Ações comunitárias aonde acontecem às mobilizações, com o intuito de trazer o sentimento de coletividade, bem como fortalecendo os vínculos dos mesmos, ações particularizadas, ações direcionadas para um grupo de família ou um membro dela, um atendimento solicitado pela família ou por um profissional da equipe, por motivo da vulnerabilidade apresentada e os encaminhamentos, que é o direcionamento das famílias a outros tipos de serviços socioassistenciais.

Um outro serviço presente no CRAS é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV, sendo também parte da oferta da proteção social básica, devendo ser desenvolvidas a partir das ações preventivas e proativas, com o intuito de complementar o trabalho do PAIF.

O SCFV parte da concepção de que os ciclos de vida familiar têm estreita ligação com os ciclos de vida de desenvolvimento das pessoas que as compõem. Seu foco é a oferta de atividades de convivência e socialização, com intervenções no contexto de vulnerabilidades sociais, de modo a fortalecer vínculos e prevenir situações de exclusão e risco social. Com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o SCFV foi organizado por faixa etária com o objetivo de prevenir possíveis situações de risco inerentes a cada ciclo de vida. (BRASIL, 2013, pag. 03)

Pautado na defesa e afirmação de direitos, bem como no desenvolvimento de potencialidades, visando o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e a possibilidade de emancipação, o presente serviço trabalha com grupos de crianças até 06 anos, crianças e adolescentes de 06 a 15 anos, adolescentes e jovens de 15 a 17 anos e também com os idosos. Buscando fortalecer o convívio familiar e comunitário, possuindo como objetivo a convivência social, direito de ser e participação.

Desta forma são realizados os encontros dos grupos, tendo os encontros planejados com antecedência, essas ações geralmente estão ligadas a oficinas de esporte, lazer, cultura e arte, sendo elas de forma descontraída e ligadas a temas que incentivem a reflexão. Buscando dar oportunidade de acesso a informações, sendo essas ligadas aos seus direitos.

O SCFV é uma intervenção social planejada, que se materializa por meio dos grupos, com vistas a estimular e orientar os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Assim, os encontros dos grupos do SCFV visam criar situações de convivência para a realização de diálogos e fazeres que constituem alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades e a construção de alternativas. (BRASIL, 2017, pag. 17)

Sendo assim, os usuários se tornam partícipes desse trabalho, tornando-se autor das transformações objetivadas. As atividades dão a oportunidade de escuta, valorização, tomada de decisão de sua própria vida, como também do grupo, trabalhando o diálogo sob a perspectiva de resolução dos conflitos, dentre outros.

O PAIF e o SCFV são de grande importância na oferta de serviços do CRAS, pois eles trabalham juntamente com o mesmo a proteção social básica, e uma de suas funções é a oferta exclusiva do PAIF, somente por ele a oferta de tal programa pode ser desenvolvida. O SCFV pode ser ofertado no CRAS, desde que o mesmo não venha causar conflitos com as ações do PAIF, em detrimento do espaço físico.

Os serviços de proteção social básica são realizados, de forma direta no CRAS, bem como nos programas e projetos desenvolvidos em sua área de abrangência. Um equipamento estatal de base territorial, presente em localidades que apresenta vulnerabilidade social, tendo o objetivo de trazer ao alcance das famílias referenciadas a ela, os serviços de proteção social da Assistência Social.

Organiza a vigilância social e sua área de abrangência por meio da produção e sistematização de informações que possibilitem a elaboração de indicadores e índices territorializados, das situações de vulnerabilidade e riscos que incidem sobre pessoas e famílias, nos diferentes ciclos da vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. (SIMÕES, 2009, pag. 315)

A Vigilância social é uma função da política de Assistência Social, associada a proteção social e defesa de direitos, tendo como objetivo a produção e sistematização de informações territorializadas, concernentes as vulnerabilidades e riscos presente na vida das famílias e indivíduos. O mesmo elabora estudos, planos e diagnósticos, visando ampliar o conhecimento sobre as necessidades da população e do território. Fornecendo dados e indicadores, na intenção de auxiliar o trabalho de prevenção e proatividade da política da Assistência Social.

O Centro de Referência da Assistência Social desenvolve atividades prioritariamente ligadas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, idosos e pessoas com deficiência, beneficiarias do Benefício de Prestação Continuada-BPC, pois supõe que tais indivíduos vivenciam a situação de exclusão social, desta forma, se encontram na situação de direitos violados, sendo assim, o CRAS visa a superação das vulnerabilidades sociais dos mesmos.

O CRAS desenvolve as seguintes ações principais: fortalecimento dos vínculos intrafamiliares; fortalecimento da convivência comunitária e de desenvolvimento do sentimento de pertencimento às redes microterritoriais; informação; orientação e encaminhamento, com os respectivos acompanhamentos; inserção nos serviços, programas, projetos e benefícios da rede de proteção social básica e especial da assistência e das demais políticas públicas e sociais. (SIMÕES, 2009, pag. 316)

Desta forma o presente equipamento apresenta uma importante função na comunidade, pois tem-se como eixo estruturante do Sistema Único da Assistência Social, a centralidade da família em suas ações, reconhecendo-os como um núcleo de arena de conflitos, que precisa de cuidados e possui um papel importante na sociedade.

Sendo assim, busca-se a compreensão das situações de vulnerabilidades e riscos sociais, visando prevenir e supera-las. O seu papel se apresenta como um desafio, concernente

a busca pela efetivação de tais direito, pois existe os entraves, aonde se faz necessário serem superados.

## 2.2 O DILEMA DO DIREITO E DA CARIDADE NO EXERCÍCIO DO CRAS.

A história da Assistência social brasileira é marcada por um longo período de ações caritativas, benemerente, apadrinhamento, distante da característica de política pública. Por vários anos a sociedade civil brasileira tem associado a assistência social a ações caridosas.

Com as novas transformações na política da assistência, tem-se buscado romper com esse caráter benemerente, e trazer para a compreensão da sociedade civil o conceito de que a mesma se configura como uma política pública, direito do cidadão e dever do estado.

É necessário reconhecer que, houve uma grande superação de tal pensamento clientelista, grandes avanços ligados a presente política, dando um novo olhar em seu fazer, uma nova lógica que vem tirá-la do campo filantrópico para o campo do direito.

Entretanto, mesmo após quase três décadas de CF-88, alguns desafios ainda permanecem. Dentre eles, o desafio em se superar a visão histórica da assistência social enquanto prática social aliada à ajuda e caridade. Esse desafio vem sendo combatido com a estruturação Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em todo o território nacional. É inegável que a política alcançou nos últimos anos um novo desenho estrutural e organizacional, ao ponto de ter um modelo de gestão padronizado em todo o país. (MARINO; BRITO, 2015)

A criação da constituição federal, veio trazer oportunidades de transformação para a política da assistência, e uma delas é a conquista do sistema único da assistência social, regulamentando-a como uma política pública, trazendo prerrogativas que vem romper com as práticas presente em suas primeiras ações.

Mesmo com as garantias em forma de lei, novas práticas, discursos e ações, a busca pela plena consciência e fazer da atual lógica do Serviço Social, ainda sim se faz necessário ser trabalhado a superação de tal pensamento conservador, pois é encontrado ainda hoje ligado a mesma pensamentos e ações ligadas ao seu passado.

Pode-se dizer que o que também motiva tal pensamento é o discurso que o próprio estado vem divulgando ao longo do tempo, associando o direito a “ajuda”. A formação da sociedade civil brasileira é marcada pelo patronato, aonde o estado trabalha encima do discurso que as garantias que o mesmo dá acontece por serem bons, caridosos, e desta forma, o próprio estado articula-se para manter essa lógica, para que a sociedade civil continue como uma massa de manobra.

O estado muitas vezes não tem a intenção de que os cidadãos se reconheçam como sujeitos de direito, reproduzindo apenas o que lhe convém, ainda vivemos a luta de classe, a lógica capitalista. Pode-se dizer que não é interessante para o estado que a sociedade civil tenha plena consciência de que eles são os proprietários das riquezas pública e que, os que estão no poder apenas tem uma função política, temporal, elegido pelo povo, pagos por eles próprios, para administrar o que é seu, o que é de todos.

A história de colonização do território e constituição da sociedade brasileira trouxe em seu bojo aspectos bastante particulares. O fato do Brasil ter sido construído pela aristocracia e não por seu povo, tornou-se condição histórica marcante, reproduzida por muito tempo. Não houve luta por melhores condições sociais ou mesmo pela liberdade do País, mas sim, negociações de interesses da classe dominante, pois para a mesma era interessante manter-se no poder. Da mesma forma, a reprodução e ampliação de desigualdades consolidaram-se nos mais diversos âmbitos do País, entre eles, no social. Era natural que a aristocracia excluísse classes menos favorecidas e, por conseguinte, realizasse ações reparadoras de tal realidade, desenvolvendo-se o assistencialismo. (MARTINS; MAZUR,2009)

A história do Brasil, desde da época da colonização, vem justificar a presença ainda hoje da concentração de poder, conforme citado, sempre fora de interesse da classe dominante manter-se no poder, desta forma ao longo dos anos fora trabalhado e reproduzido a lógica dos poderosos e submissos, desta forma poucos foi se fortalecendo a lógica do assistencialismo, pois não é de interesse do estado conscientizar os sujeitos de seus direitos.

A falta de informação, a cultura da ajuda, a construção histórica da lógica capitalista, e vários outros fatores, vem trazer o reflexo da inversão de direitos por benesse, desta forma, toda a conjuntura vem contribuindo para que a população não reconheça seus direitos, não cobre do governo ações que venha atender suas necessidades, exigir programas e serviços com qualidade.

Tal pensamento também vem refletir na visão que os usuários têm em relação aos equipamentos, o CRAS na maioria das vezes não é compreendido pelos usuários a partir do seu real objetivo, mas uma visão clientelista, aonde muitos o buscam na intenção de que é um órgão que está lá para fazer doações, por exemplo, distribuir cestas básica.

É de grande importância que os profissionais que fazem parte da equipe multidisciplinar do CRAS busque se qualificar cada vez mais, familiarizar-se com a política que rege o presente órgão, buscar entender quais seus limites e possibilidades, para que assim não corra o risco de estarem reproduzindo discursos e ações que fujam do projeto ético político, vindo trazer para a prática ações assistencialistas. Segundo Lopes, Souza e Freitas (2013) “O profissional precisa atualizar suas leituras, tomando conhecimento dos temas

contemporâneos que implicam no seu exercício profissional e qualificar-se sobre as políticas que direcionam sua intervenção”.

A qualificação é importante, pois se torna mais fácil articular-se com ações que visem romper a visão dos usuários concernente ao equipamento, sendo essa vista muitas vezes com o olhar filantrópico. Desta forma, se torna mais fácil buscar trabalhar tal questão, pois se nem mesmo os profissionais conseguirem compreender a lógica que rege tal equipamento, seus limites e possibilidades, se os mesmos também arregrem em si a visão e ações caritativas, se torna inalcançável buscar que os usuários compreendam que o papel do presente equipamento.

A busca pela qualificação não se restringe apenas ao campo acadêmico, quando inseridos nos equipamentos, enquanto profissional, os mesmos deparam-se com a realidade na prática, sendo-os requisitados a exercer seu papel de forma compromissada com o projeto ético político, e a busca da emancipação dos sujeitos fazem parte dela.

Os usuários precisam se reconhecer com sujeitos de direitos e que a intenção é que eles também busquem junto ao equipamento transformar a realidade ao qual se encontram e que o trabalho é em conjunto, participativo. Segundo Lopes, Souza e Freitas (2013) “O processo de formação profissional não deve se prender somente ao espaço da universidade, assim a busca contínua por formação deve ser constante, principalmente na transformação da sociedade atual e para afirmação do profissional no mercado de trabalho”.

Desta forma, o profissional não compactuará com ações burocratizadas, arcaica, se limitando ao que está posto a sua frente, mas tornando-se um profissional crítico, questionando e propondo novas estratégias que visem superar as situações que lhes são apresentadas.

A formação continuada pode o capacitar, aonde os profissionais não permitirão que os usuários entendam seus direitos com ações caridosas, mas o fazendo enxergar que são sujeitos de direitos e que tem um grande papel na busca pela superação de suas fragilidades, bem como no fortalecimento de suas potencialidades.

Desta forma, se faz necessário colocar em prática os conhecimentos adquiridos, afim de usar de estratégias e articulações para que se possa trabalhar a conscientização e saber dos usuários, fazendo-os conhecer o papel do equipamento e dos profissionais, não permitindo que os mesmos os vejam como pessoas que estão realizando um ato de bondade, e sim, que estão exercendo o seu papel.

Desconstruir tal visão não é tão fácil, existe seus desafios, pois se sabe que os recursos necessários para trabalhar o que se planeja não é de fácil acesso, o incentivo do estado em

oportunizar a qualificação dos profissionais também é algo difícil, pois o próprio estado não tem interesse de trabalhar a politização dos indivíduos, a cultura da benemerência ainda é algo bastante presente na sociedade.

Existe uma tensão entre o projeto ético-político profissional e a condição de trabalhador assalariado do assistente social, pois apesar de ser um profissional dotado de autonomia profissional, liberdade e conhecimentos, de propor ações e ser capaz de implementá-las, suas ações são submetidas aos interesses de seus empregadores, o que coloca algumas condições ao trabalho desses profissionais. Mas cabe aos mesmos buscar subsídios para que possam guiar-se por seu projeto ético político, buscando estratégias para conseguir apoio no interior das instituições que trabalham e dar continuidade ao seu exercício profissional valendo-se para isto de sua relativa autonomia. (FERREIRA, 2013, pag.52)

Faz parte do projeto ético político do assistente social buscar superar as ações clientelistas, e estar comprometido com o mesmo é algo indispensável, exercer seu papel baseando no mesmo é não permitir que suas ações se confundam com caridade, é buscar usar de prerrogativas para trabalhar a conscientização dos usuários.

A conjuntura atual, marcada por salários precários, ambientes de trabalho desapropriado, recursos insuficientes e sucateados, o aumento do índice de desemprego, fazem com que muitos profissionais não tenham força suficiente e compromisso para enfrentar as situações postas e articula-se na intenção de melhorar seu fazer e buscar trabalhar acima da superação de tal visão benemerente que se permeiam na vida dos usuários.

Existe uma política que rege os centros de referência da assistência social, mas colocá-la em prática vai além apenas do querer, existe toda um aparato necessário que muitas vezes não é concedido para tais profissionais, que podem levar a esses equipamentos a desenvolver ações engessadas, insuficientes e de certa forma longe de alcançar seu real objetivo.

Desta forma, criar estratégias que muitas vezes vai além do seu alcance, se faz necessário, quando não houver subsídios suficientes para exercer seu trabalho pautado no seu projeto ético político. É importante que os profissionais busquem adquirir conhecimentos a respeito do seu espaço de trabalho, bem como do seu fazer, para que não corra o risco de reproduzir os discursos criados pelo capital.

Torna-se difícil politizar os usuários, faze-lo entender qual o papel do centro de referência da assistência social, bem como compreender que não é um órgão destinado a ajuda e doações e que os mesmos precisam buscá-lo para enfrentar as suas próprias vulnerabilidades, de suas famílias e comunidade, superar suas fragilidades, desenvolver suas potencialidades e adquirir sua autossuficiência, se nem mesmo os próprios profissionais não estiverem comprometidos com essa visão. Se faz necessário os mesmos tomarem esse compromisso para si, para que tenham força o suficiente para trabalhar tal assunto.

Por muito tempo o estado tem culpabilizado os indivíduos de sua condição de pobreza e miséria, tratando os casos de vulnerabilidade de forma individualizada e indiferente, transferindo sua responsabilidade a sociedade civil, buscando eximir-se do seu papel, por motivo dessa reprodução os indivíduos não passam a enxergar o estado também responsável em atender suas necessidades.

A sociedade vivenciou e vivencia por muito tempo o eximir-se do estado quanto a sua responsabilidade com o social, evitando que os mesmos reconheçam seus direitos e tomem consciência de como alcança-los, desta forma se fortalece o discurso do favor e benesse, muitos que buscam a assistência não possui instrução quanto aos seus direitos e desta forma vem confundindo o que é de seu direito com ações de caridade.

Se faz necessário ser trabalhado a superação de tal visão, pois o presente equipamento pode perder o seu real objetivo, tornando o que é para ser um espaço de conquista para a sociedade e transformando em mais um objeto com papel inalcançável. Sendo referência de distribuição de cesta básica e lazer, ao invés de ser usado como um espaço de acesso aos seus direitos.

## **CAPITULO III- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: DIREITO SOCIAL OU BENESSE?**

### **3.1 LOCAL DA PESQUISA**

A pesquisa fora realizada no ano de 2018, no Centro de Referência da Assistência Social, do bairro Frei Damião, na cidade de Juazeiro do Norte CE, sendo o mesmo também o local de estágio supervisionado, do sexto e sétimo semestre do ano de 2017.

A entrevista foi realizada com os jovens que participam do grupo da mesma natureza no CRAS, no turno da tarde, esses com idade entre 15 e 17 anos. O turno citado tem cadastrado atualmente o número de quinze jovens, desses foram entrevistados nove.

O CRAS é um órgão considerado como a porta de entrada da assistência social, localizado em áreas de vulnerabilidades e riscos social. Nos mesmos são oferecidos serviços da assistência, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

O presente equipamento é responsável pela organização e oferta de serviços socioassistenciais da proteção social básica, regida pelo SUAS. Tendo com público alvo crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, sendo eles considerados como pessoas que se encontram em situação de grave desproteção, sendo também atendidos os beneficiários do programa bolsa família, benefício de prestação continuada e pessoas inseridas no cadastro único.

A equipe técnica do CRAS Frei Damião é formada por um coordenador, quatro assistentes sociais, uma pedagoga, dois psicólogos, dois educadores sociais e uma facilitadora. Os grupos de convivência são formados separadamente, sendo grupo de mulheres, grupo de idosos, grupo de crianças e grupo de jovens.

Os grupos de convivência são estratégias da proteção social, tendo o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e direcioná-los aos seus direitos, buscando superar as fragilidades e vencer as situações de vulnerabilidades, trabalhando a convivência, a socialização e o fortalecimento da família e comunidade.

O principal serviço do CRAS é o Programa de Atenção Integral a Família- PAIF, de caráter continuado, trabalhado prioritariamente em grupo, com as famílias, na intenção de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de seus vínculos e superar as fragilidades existentes nela. Outro serviço importante é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo- SCFV, o mesmo reuni os indivíduos em grupos de acordo com

sua faixa etária e desenvolve ações que visem prevenir situações de vulnerabilidade e violência.

A experiência de estágio no determinado equipamento fora de suma importância para a realização do presente estudo e pesquisa, durante o período do mesmo houve uma grande aproximação da política que rege o CRAS, bem como das famílias daquele território, conhecendo sua realidade.

A participação da busca ativa, vistas domiciliares, trabalhos em grupo, atividades e ações, foram enriquecedoras para obtenção de conhecimentos e amadurecimento intelectual e prático, contribuindo também grandemente para a elaboração do presente trabalho. Um período em que fora designado acompanhar e desenvolver atividades junto as crianças e adolescentes, ao qual contribuíram significativamente para o resultado da presente pesquisa.

### 3.2 TRAÇADO METODOLÓGICO

Diversos meios foram utilizados para a realização da presente pesquisa, na intenção de chegar ao objetivo final da mesma, que é identificar se o CRAS é visto pelos usuários como um direito social ou bem-estar, um estudo feito através da pesquisa social que segundo Marconi e Lakatos “a pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com métodos de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. (MARCONI, LAKOS, 2005, pag, 157)

Desta forma, pode-se considerar que a pesquisa é uma forma de aproximar-se da realidade, proporcionando desvelar questões ainda ocultas ou invisíveis aos olhos, bem como pouco compreendidas, dando oportunidade de chegar a uma descoberta ou resultado mais preciso.

A Pesquisa foi de tipo descritiva e explicativa. A descritiva permite descrever a realidade do fenômeno estudado, realizando um estudo mais detalhado, utilizando-se das técnicas de coletas para alcançar informações.

“Nas pesquisas descritivas, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles, ou seja, os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador. (PRODANOV, FREITAS, 2013, pag. 52)

Visa descrever, colher as informações sem que haja a manipulação na pesquisa, com o papel de observar, na intenção de analisar o resultado e aproximar-se da veracidade das informações.

A explicativa permite que o entrevistador busque explicar o porquê de tal causalidade, fazer uma conexão das ideias, na intenção de compreender as informações coletadas. “Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente.” (GIL, 2002, pag. 42) desta forma ela busca tornar clara a existência de determinado fenômeno, buscando explicar a ocorrência do mesmo.

Fora utilizado a pesquisa de campo e bibliográfica, com intuito de aproximar-se do objeto de estudo, levantar informações teóricas a respeito da mesma, tendo o objetivo de realizar um estudo minucioso, dispendendo de tempo e atenção para se obter sucesso no alcance dos resultados desejados.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2002, pag. 44)

A mesma permite obter-se um leque de informações, proporcionando alcançar fenômenos que levaria muito tempo para ser identificado, ou até mesmo não conseguindo obtê-las. Uma ferramenta rica de informações, podendo ser alcançada em um curto espaço de tempo.

Como abordagem, foi utilizada a qualitativa, a mesma proporciona buscar explicar o porquê das coisas, não se concentra em números, busca o contato direto com o ambiente de estudo, não se concentra em um grande número de amostra.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, ET ALL, 2002, pag. 21)

O pesquisador busca analisar os dados com clareza, interpretar os fenômenos e dar significado a elas, seu maior instrumento é o contato direto com o ambiente natural. Estudadas as particularidades e experiências individuais.

Também fora utilizado como técnica a entrevista semiestruturada, pois a mesma permite obter informações do entrevistado, aproximando-se do problema de pesquisa e coleta de importantes informações.

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a

coleta de dados ou para ajudar o diagnóstico ou no tratamento de um problema social. (MARCONI, LAKATOS, 2005, pág., 197).

Desta forma a entrevista permite estreitar a relação entre o entrevistador e o entrevistado, não é uma tarefa tão fácil, pois requer planejamento, definir bem os objetivos das perguntas, e buscar alcançar os resultados desejados.

A entrevista foi realizada no Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, do bairro Frei Damião, na cidade de Juazeiro do Norte-CE, no dia 14 (quatorze) de junho do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

Foi entrevistado 09 (nove) adolescentes, que fazem parte do grupo da mesma natureza no presente CRAS, tendo os mesmos a idade de 15 a 17 anos. Para a obtenção de informações fora elaborado o roteiro para a entrevista, utilizou-se também de um gravador para a obtenção de informações.

Os mesmos tomaram conhecimento do objetivo das entrevistas e para qual finalidade seria utilizado suas falas, fora apresentado o termo de livre e esclarecido, de livre consulta para a obtenção de informações pelos mesmos, sendo explicado a finalidade do presente termo. Fora realizado nove perguntas abertas, sem induções, na tentativa de alcançar o objetivo da pesquisa.

### 3.3 ANÁLISE DOS ÚSUÁRIOS: A SUPERAÇÃO DA VISÃO CLIENTELISTA COMO PAPEL FUNDAMENTAL NO PROCESSO RECONHECER-SE COMO SUJEITO DE DIREITO.

Foi apresentado o assunto através de discussões, fala dos autores, bem como a explicação da política que rege o objeto estudado, campo da pesquisa, as formas de coletar os dados. Um estudo realizado através de planejamento. Se faz necessário apresentar a coleta de dados, obtidas através da entrevista semiestruturadas, aplicada no CRAS Frei Damião, tendo como entrevistado os adolescentes que participam do grupo de sua faixa etária.

Conforme acordado no termo livre e esclarecido, esses serão apresentados por codinomes, na intenção de manter sigilo e anonimato dos entrevistados, mantendo assim a privacidade dos mesmos.

A apresentação da coleta de dados será feita através de algumas falas, pois fora utilizado apenas aquelas que venham contemplar o objetivo do estudo, visado alcançar o resultado desejado.

Inicialmente fora perguntando aos entrevistados, na opinião dos mesmos, o que viria a ser o CRAS, e as respostas foram:

**ENTREVISTADO 1:** Um lugar que ajuda o próximo.

**ENTREVISTADO 3:** Um lugar para se divertir, aprender cultura, fazer coisas que nunca fizemos antes.

**ENTREVISTADO 5:** É um lugar para ajudar os adolescentes a não entrarem nas drogas e para as mulheres aprenderem artesanato

**ENTREVISTADO 8:** Um lugar que ajuda as pessoas a serem melhores.

**ENTREVISTADO 9:** É um lugar que ensina as pessoas, faz palestra.

Percebe-se que a maioria dos entrevistados não tem o devido conhecimento sobre o que vem a ser o centro de referência da assistência social, pois suas respostas estão diretamente ligadas à questão da ajuda e não do acesso aos seus direitos. Mesmo que algumas respostas venham trazer características que contemplam algumas ações desenvolvidas no CRAS, mas esses não conseguem associar tais ações com o objetivo real do equipamento.

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. (BRASIL, 2009, pag. 09)

Os mesmos não conseguem identificar que tais ações desenvolvidas no equipamento são formas de trabalhar o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, de fortalecer seus vínculos familiares e comunitários, afim de trabalharem juntos na superação de suas fragilidades e riscos sociais. Não há uma conexão das ações como uma forma de direcioná-los a seus direitos.

Foi perguntado para os jovens, qual o papel do CRAS, e eles responderam:

**ENTREVISTADO 1:** Ajudar as pessoas que necessitam.

**ENTREVISTADO 3:** Para ajudar as pessoas e fazer o bem.

**ENTREVISTADO 4:** Orientar as pessoas para não se envolverem com coisas erradas.

**ENTREVISTADO 5:** Ajudar as pessoas que estão precisando na comunidade e ensinar.

**ENTREVISTADO 7:** Fazer com que as pessoas saiam da rua e não se envolvam com coisas erradas.

**ENTREVISTADO 9:** Evitar que as pessoas passem dificuldades.

Muitos associam o papel do CRAS a uma ação pontual, como se o mesmo existisse apenas para aquele determinado fim apresentado, outros logo associam a ajuda, esse tipo de ajuda está associado a várias questões apresentadas.

Os mesmos não conseguem identificar que as ações voltadas aos mesmos são uma forma de prevenir os riscos sociais, tanto no âmbito familiar, como comunitário e que lhes são apresentados os meios de superar a realidade social ao qual se encontram, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições.

De modo geral, no percorrer da trajetória histórica da Política de Assistência Social, observa-se ao longo do tempo que houve um salto paulatino de práticas caritativas e benevolentes de cunho religioso a constituição de uma política pública de direito, que amparada num rol de normas e lutas, vem se regulamentando dando forma e conteúdo as suas ações. Esse fio condutor de lutas e regramentos da Política de Assistência Social como política pública de direito, torna-se um desafio cotidiano nos diversos espaços, visto que práticas assistencialistas não foram extirpadas. (MARTINS, 2016, pág. 50)

Não se pode negar que a política da assistência obteve grandes avanços na superação de suas práticas e visões clientelistas, trazendo para o campo da política pública o objetivo de seu fazer, porém torna-se claro que ainda existe tal práticas e pensamentos clientelistas presentes no dia a dia de usuários e profissionais, que requer que seja superado.

Aos mesmos foi feito a pergunta se o CRAS é importante para a comunidade e o porquê, e eles responderam:

**ENTREVISTADO 1:** Sim, porque quando eu comecei a vir para o CRAS eu não sabia quase nada e agora eu sei um monte de coisa, já aprendi sobre cultura e outras coisas.

**ENTREVISTADO 3:** Sim, é importante para eles estarem aqui, por que a vida das pessoas aqui não é fácil e aqui vão esquecer um pouco dos problemas e para aprender artes

**ENTREVISTADO 4:** Sim, para dar oportunidade aos moradores da comunidade a serem melhor

**ENTREVISTADO 6:** Sim, porque se vier para o CRAS aprende muitas coisas, como fazer pulseiras.

**ENTREVISTADO 9:** sim, ajuda as pessoas a se aposentar e a conseguir bolsa família.

Percebe-se que cada um dá um significado a importância do CRAS na comunidade, mesmo que as respostas não venham contemplar de fato a real importância do presente

equipamento na comunidade, alguns conseguem apontar algumas ações desenvolvidas pelo equipamento, sendo elas planejadas para um determinado fim, por exemplo, trazer orientações a respeito de seus direitos de cidadania, promovendo o acesso a serviços socioassistenciais, as ações que trabalham as potencialidades.

Torna-se preocupante o fato de entenderem tais ações de forma fragmentada, não as enxerga em sua totalidade, pois percebe-se que as respostas são bastante pontuais, voltadas a forma de lazer e distrações. A fala do último entrevistado vem limitar o trabalho do equipamento a concessão de benefícios.

[...]a população entende o CRAS por muitas vezes, como uma unidade onde se trabalha com a concessão de benefícios, devido a experiências já vividas em outros municípios em que a gestão dos benefícios são realizados no espaço do CRAS, tal “cultura” reforça a ideia que os CRAS são e estão para a oferta de benefícios e não de serviços como preconiza as normativas da política de assistência social. (FONSECA;PARRÃO, 2015)

Desta forma, muitas vezes a visão dos usuários estão limitadas a penas a atuação do CRAS limitada a concessão de benefícios, não percebendo ou compreendendo que existe vários outros serviços, sendo eles de grande importância para a proteção social dos mesmos.

Quando perguntado aos adolescentes, se eles obtiveram acesso a algum direito através do CRAS e quais, eles responderam:

**ENTREVISTADO 1:** Não.

**ENTREVISTADO 2:** Não.

**ENTREVISTADO 4:** Não.

**ENTREVISTADO 9:** Sim, bolça família.

Muitos desses jovens obtiveram acesso a direitos através do CRAS, nas perguntas anteriores alguns foram citados, mas por não verem os mesmos como um direito e sim como um ato de caridade, de ajuda, não conseguem refletir a respeito dos mesmos adquiridos. Apenas um dos entrevistados citou recebimento do bolsa família, os restantes não identificaram nenhum.

[...]E isso é consistente com o Estado Social estabelecido no texto constitucional, não apenas pela redistribuição, mas também pelo reconhecimento e inclusão. Os “beneficiários” precisam se enxergar como sujeitos de direitos, como cidadãos e assim serem “vistos” pelos atores dos campos político e social. (XIMENES, 2016, pág. 620)

É perceptível que os usuários não conseguem enxergar-se como sujeito de direito, muitos desses tem acesso aos mesmos, porém não o associam como garantia de tais, os

mesmos têm acesso a vários, não apenas a concessão de benefícios, mas a informação, a cultura, a trabalhos socioeducativos, a incentivo de desenvolvimento de potencialidades, a encaminhamentos de alguma natureza, ao lazer, dentre outros.

Fora perguntado, na opinião dos mesmos, se alguma coisa no CRAS deveria melhorar, e as respostas foram:

**ENTREVISTADO 1:** Ter os grupos duas vezes por semana e um espaço maior.

**ENTREVISTADO 2:** Um espaço maior para atividades.

**ENTREVISTADO 4:** Ter os grupos duas vezes por semana.

**ENTREVISTADO 6:** Ter mais espaço.

É importante que os mesmos desenvolvam esse olhar crítico quanto ao que deve ser melhorado, pois seria preocupante se acreditassem que tudo vai bem, pois percebe-se as fragilidades existentes nos equipamentos públicos, e o CRAS também é um deles que o possui.

Se faz necessário desenvolver tal olhar e perceber o que deve ser melhorado, ainda que seja uma observação frágil, mediante ao sucateamento das políticas públicas, bem como a insuficiência de recursos, pode-se considerar um passo importante, que é o de detectar de questões a serem superadas e a manifestação de pensamentos.

A grande maioria citou a necessidade de realizar os encontros do grupo duas vezes por semana, pois anteriormente essa era a frequência dos mesmos, passando a ser apenas uma vez por semana. Outra necessidade de melhoria, citado por alguns dos adolescentes foram a questão da ampliação do espaço.

O espaço físico constitui fator determinante para o reconhecimento do CRAS como lócus no qual os direitos socioassistenciais são assegurados. É imprescindível que a infraestrutura e os ambientes do CRAS respondam a requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica nele ofertados. Todos os CRAS são obrigados a dispor dos espaços necessários à oferta do principal serviço, o Programa de Atenção Integral à Família – PAIF, bem como para a função de gestão territorial da proteção básica. (BRASIL, 2009, pág. 48)

Conforme citado, o espaço físico se faz como um ponto de grande importância na oferta dos serviços socioassistenciais, pois os mesmos devem ser oferecidos de forma adequada, sem que haja prejuízo no desenvolvimento das atividades, principalmente do serviço PAIF.

Desta forma, é necessário analisar se o mesmo está adequado para desenvolver tais programas e ações e através da escuta, tentar identificar o porquê desses usuários não estarem satisfeitos com o espaço do presente equipamento, pois é importante que os mesmos se sintam

acolhidos em sua totalidade, podendo usar de articulações para atender os anseios dos mesmos, caso não seja necessário a escolha de um outro local, pois se identificado a necessidade, será preciso acionar os órgãos competentes.

Quando perguntado, se o CRAS é um órgão que lhe dá acesso aos seus direitos ou que desenvolve caridade, as respostas foram a seguinte:

**ENTREVISTADO 1:** Um lugar que desenvolve caridade.

**ENTREVISTADO 3:** Dá acesso aos direitos e pratica caridade.

**ENTREVISTADO 4:** Acho que as pessoas aqui são caridosas.

**ENTREVISTADO 5:** Dá acesso aos direitos.

**ENTREVISTADO 8:** Dá acesso aos direitos e faz caridade, porque já vi fazendo caridade, dando feira e cortando cabelo de graça.

Torna-se claro, a visão dos usuários, a respeito da finalidade do CRAS, quando questionados se o mesmo é um local de direito ou caridade, praticamente todos citaram caridade, o ultimo entrevistado até cita o benefício de cesta básica e as ações de corte de cabelo.

Ao longo da pesquisa, consegue-se identificar que o pensamento dos mesmos está na grande maioria das vezes voltado a visão benesse, não compreendendo de fato o objetivo do CRAS e seu papel na comunidade.

Desta forma se torna preocupante, pois os mesmos são atores contribuintes para que a política de tal equipamento se materialize na prática, torna-se um dilema tratar de direitos quando nem mesmo os sujeitos detentores dos mesmos são capazes de se reconhecer como tal. Segundo Teixeira (2010 p.296) “Todavia, só o acesso a serviços e benefícios como dádiva, benesse, caridade não provoca mudanças subjetivas políticas, autonomia e cidadania, mas sim subalternidade e tutela”. Sendo assim, quando não existe a clareza de informação quando se tem acesso aos benefícios e serviços, a desconstrução da benesse não acontece.

[...] a cultura assistencialista e tuteladora que permeia as ações assistenciais não tem favorecido o protagonismo dos subalternos ou sua emancipação. No entanto, criar condições para que os subalternizados caminhem na direção de sua constituição enquanto sujeito é parte das tarefas socioeducativas e políticas de uma assistência social que não sirva à reinternação da subalternidade de seus usuários (YAZBEK, 2018)

Conforme apresentado nas discussões anteriores, várias são as questões responsáveis por construir a visão de direito por caridade, de fato o trabalho não contemplou todas elas, pois é um objeto que necessita ser estudado mais profundamente, porém não se pode negar

que a formação inicial do bojo do serviço social vem refletir em tais pensamentos clientelistas que se permeiam até hoje.

O interesse do estado em não tornar os sujeitos em seres políticos críticos e conhecedores de seus direitos, se torna um dos grandes responsáveis da despolitização dos sujeitos referente aos seus direitos, inclusive do conhecimento do objetivo do CRAS para suas vidas e comunidade.

A falta de empoderamento dos profissionais, visão crítica e conhecimento da política que rege o equipamento ao qual estão inseridos podem contribuir significativamente no fortalecimento do discurso de que direito é benesse. A falta de compromisso com o projeto ético político, poderá torna-los em sujeitos que compactuam com os discursos e ações clientelistas.

É justo lembrar que, os meios para se trabalhar a conscientização dos sujeitos em relação aos seus direitos, não é uma tarefa fácil, pois os recursos muitas vezes se tornam insuficientes.

O forte índice de desemprego fortalece o medo de muitos dos profissionais de perderem seus postos, mas mesmo com esses e outros desafios é necessário comprometer-se com missão da profissão, usar de meios e estratégias que visem tirar os usuários da condição de subalternos, usufrutuários de caridade, para um quadro de sujeitos conscientes de seus direitos, caminhando para um progresso de cidadania e emancipação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada trouxe a discussão a respeito do entendimento dos usuários do Centro de Referência da Assistência Social- CRAS, se esses entendem o mesmo como um órgão de direito social ou benesse, sendo os jovens que fazem parte do grupo de sua faixa etária, os entrevistados.

O resultado da pesquisa, alcançou resultados satisfatórios, embora se faz necessário realizar outros estudos concernente ao objeto estudado, para que se chegue a um resultado com maior precisão. Pode-se considerar que fora uma pesquisa proveitosa, pois os entrevistados mostraram diversas vezes qual o seu pensamento a respeito do CRAS, sendo que a maioria deles o veem como um órgão que pratica caridades.

Um assunto de grande relevância, pois mostra a urgência de se trabalhar a politização dos mesmos referente a seus direitos, bem como o papel e objetivo do presente equipamento para o seu seio familiar e comunitário, pois do contrário, será difícil superar as fragilidades existentes no território e no âmbito familiar dos mesmos, pois o reconhecimento de que são sujeitos de direitos é essencial para que se consiga trabalhar sua emancipação, bem como o fortalecimento de potencialidades.

Atribui-se a essa visão as ações iniciais do serviço social, pautado na filantropia e benesse, perdurando ainda hoje na visão dos usuários da política, bem como na dos profissionais, pode-se citar também aos discursos do estado quanto ao fortalecimento da inversão dos direitos por caridade, na intenção de eximir-se de seu papel e serem cobrados pelos cidadãos a respeito da garantia de seus direitos.

Uma outra questão também é a falta de formação continuada dos profissionais que compões o dado equipamento, ao qual necessitam obter uma visão crítica da realidade, bem como empoderar-se da política que rege o presente órgão e os direitos que envolvem os usuários, para que não se peguem fortalecendo os discursos que transformam os direitos em caridade.

É imprescindível que os mesmos estejam compromissados com o projeto ético político, mesmo com as dificuldades apresentadas, pois os desafios já são muitos, se tratando de pouco acesso aos recursos que visem trabalhar a superação de tal visão.

Mesmo com a existência da visão clientelista, não se pode negar que o CRAS é um espaço que visa a garantia de direitos, que os mesmos conseguem de alguma forma aproxima-se do objetivo real de sua existência, porém é necessário superar os empecilhos, práticas e ações que vem fortalecendo a visão dos usuários a respeito do equipamento ser um órgão de

práticas caridosas, pois se tal pensamento não for trabalhado, o presente órgão pode ser impedido de alcançar seu objetivo com maior intensidade.

Conclui-se que a realização da presente pesquisa fora de grande importância, trazendo o convite de novos estudos a respeito do objeto de estudo para que se consiga alcançar um resultado mais preciso e que se objetive encontrar novas formas de superar tal visão clientelista, na intenção de formar cidadãos críticos e conhecedores de seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Raiane Patricia Severino. CARRAPEIRO, Juliana de Magalhães. **Ditadura e serviço social no Brasil: contribuições para prosseguir rompendo com o conservadorismo na profissão.** Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.105-118, jan./jun. 2014.

BRASIL. Presidência da república. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)/Acesso em: 08/03/2018.

BRASIL, Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, Conselho nacional de assistência social, Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2005/CNAS%25202005%2520-%2520130%2520-%252015.07.2005.doc> / acesso em: 09/05/2018

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Orientações Técnicas Sobre o Paif.** 1ª edição, Brasília, 2012. Disponível em: [http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes\\_PAIF\\_1.pdf](http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf), acesso em: 16/05/2018

BRASIL, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Reimpressão 2014. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf) / acesso: 16/05/2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família**, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protacao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protacao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif> / acesso em: 18.05.2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, 2013. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/Passo%20a%20Passo%20-%20Reordenamento%20SCFV.pdf> /acesso em: 22/05/2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**, 2017. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/perguntas\\_e\\_respostas/PerguasFrequentesSCFV\\_032017.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguasFrequentesSCFV_032017.pdf). Acesso em: 22/05/2018.

FERREIRA, Andressa do Nascimento. **A Atuação Profissional dos Assistentes Sociais nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de São Pedro da Aldeia – RJ** universidade federal fluminense, 2013. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/4968/1/TCC%20ANDRESSA.pdf>. Acesso em: 14.06.2018.

FONSECA, Jaine Rocha Mesquita. PARRÃO, Juliene Aglio. **Desafios de reconhecimento do trabalho do CRAS como política pública de proteção social básica no município de**

**Sandovalina. Seminário Integrado**  
Vol. 9, no 9, 2015.

GUEIROS, Dalva Azevedo, SANTOS, Thais Felipe Silva dos. **Matricialidade sóciofamiliar: compromisso da política de assistência social e direito da família.** *Revista Serviço Social e Saúde*, 2011.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Antônio Sergio. GUARÁ, Isa Maria F. Rosa. **REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE: por uma nova cultura de articulação e cooperação em rede.** 2º encontros de grupos regionais de articulação- ABRIGOS, 2009.

LOPES, Cilene dos Santos. SOUZA, Doriane Oliveira de. FREITAS, Juciara da Silva. A formação continuada dos profissionais do cras no município de Parintins. **VI Jornada internacional de políticas públicas.** Universidade Federal do Maranhão. 2013.

MARTINS, Karina Tatiane da Costa. A realidade da Assistência Social no âmbito dos CRAS e CREAS do Rio Grande do Norte identificada em ações fiscalizatórias do Ministério Público Estadual. **SERV. SOC. REV.**, LONDRINA, V. 19, N.1, P. 44-65, JUL/dez. 2016.

MARTINS, Mario de Souza; MAZUR, Silvane Marcela. **O CRAS e a Política de |Assistência social. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas.** Universidade Federal do Maranhão, 2009.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais.** *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos* vol.18 supl.1. Rio de Janeiro. v.18, supl.1, dez. 2011, p.15-34.

MARQUES, Luciana. A Matricialidade Sociofamiliar do SUAS: diálogo entre possibilidades e limites, **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.** Disponível em: [http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2\\_Luciana%20Marques.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf). Acesso 22.05.2018

MARIANO, Peterson Alexandre. BRITO, Ana Aparecida de. A Assistência Social e seus usuários: uma análise dos beneficiários do cartão-alimentação em Maringá/PR. **Seminário Nacional de Serviço Social**, trabalho de política social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** *Sociedade em Debate*, Pelotas, 17(2): 29-40, jul. Dez. /2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al, **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Rachel Barros de. A cidadania a partir de 1930 e sua relação com as categorias profissionais: uma leitura sobre o emprego doméstico. **REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 2, n. 1, jul. /Dez 2009.

PAIVA, Ariane Rego de, LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. O papel do MDS na institucionalização do Sistema Único de Assistência Social. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 157-183, jan. /jun. 2011.

PAULA, Bianca Cristina Rocha et al. A Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social. **Revista Científica**, UNILAGO, 2004.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: **métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SILVA, Fernanda Cristina. Assistência social e cultura política: o processo de uma política em construção. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. Belo Horizonte, 2007.

SOUZA, Sonia Aparecida da Silva de. GONÇALVES, Suélen Felipe. **Política de assistência social: uma breve análise de seus avanços e retrocessos**. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais 2º Seminário de Direitos Humanos, Universidade Federal do Oeste do Paraná, 2014.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS - um processo de construção da Assistência Social** - 2ª ed. SP: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 286 - 297, ago. /dez. 2010.

XIMENES, Julia Maurmann. Judicialização dos benefícios de prestação continuada e impactos simbólicos na cidadania. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 600-625, maio. /Ago. 2016

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social**. Cortez editora, 8ª ed. 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social** [livro eletrônico]. São Paulo. Cortez, 2018.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A- ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. Na sua opinião, o que é o CRAS?

---

---

2. Para você, qual o papel do CRAS?

---

---

3. O CRAS é importante para a comunidade? Porque?

---

---

4. Para você, é importante que os moradores participem dos grupos do CRAS? Porque?

---

---

5. Você acha que teve acesso a algum direito, através do CRAS? Quais?

---

---

6. Na sua opinião, alguma coisa no CRAS deveria melhorar? O que?

---

---

7. . Você acredita que o CRAS é um órgão que lhe dá acesso a seus direitos ou um órgão que desenvolve ações de caridade? Porque?

---

---

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL

Esta pesquisa intitulada “**CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma reflexão entre o direito social e a bem-estar, na visão dos usuários do CRAS Frei Damião.**” Está sendo desenvolvida pelo aluno **FELIPE AGOSTINHO DA SILVA**, sob orientação da professora **Helaide Leite Mendonça**, do **Centro Universitário Dr. Leão Sampaio**.

Possui como objetivo “**Identificar se o CRAS é visto pelos usuários como uma questão de direito social ou bem-estar e o motivo da tal causalidade.**” Com fins de produção de produção de projeto de pesquisa.

Sua participação na presente pesquisa é voluntária, e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo aluno. Caso decida não participar de estudo na condição supracitada, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas em total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas podendo ser apresentadas como artigo científico e poderão ser apresentadas em eventos científicos, mantendo-se o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo participante do estudo. A coleta de dados ocorrerá através de uma entrevista.

O aluno estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa, bem como o professor orientador.

Diante do exposto, eu \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Juazeiro do Norte – CE, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018